



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. PEDRO AIHARA)

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para vetar as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Municípios em que existam barragens classificadas como de médio e alto risco ou de médio e alto dano potencial associado ou ocupações em áreas de alto risco de desastres ambientais e que não disponham de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, ou este esteja defasado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para vetar as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Municípios em que existam barragens classificadas como de médio e alto risco ou de médio e alto dano potencial associado ou ocupações em áreas de alto risco de desastres ambientais e que não disponham de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, ou este esteja defasado.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, fica acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 4º

.....”





§ 4º São vetadas as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Municípios em que existam barragens classificadas como de médio e alto risco ou de médio e alto dano potencial associado ou ocupações em áreas de alto risco de desastres ambientais e que não disponham de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, ou este esteja defasado.

I – o disposto no § 4º deste artigo inclui os Municípios que decretarem por mais de três vezes consecutivas Estado de Emergência ou de Calamidade Pública e não apresentarem Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, homologado por órgão competente.

II - O veto estabelecido no § 4º e 5º deste artigo não se aplicarão se o Município demonstrar que solicitou o apoio previsto no § 3º do art. 3º-A e não o obteve.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos hoje uma triste realidade, que só vem se agravando com o passar dos anos: a cada estação chuvosa, assistimos consternados a eventos de deslizamentos de encostas, enchentes e inundações, que deixam milhares de pessoas desalojadas, desabrigadas ou até mesmo privadas do bem mais precioso – a vida, seja a sua, seja a de seus familiares ou amigos. O pior é que essas tragédias anunciadas às vezes vêm acompanhadas de outros episódios que, infelizmente, passaram a povoar os pesadelos, em especial daqueles potencialmente atingidos por rompimentos de barragens, como os ocorridos com a Samarco, em Mariana/MG, em 2015, e com a Vale, em 2019, em Brumadinho/MG, que deixaram centenas de mortos e impactos econômicos, sociais e ambientais de enorme magnitude.

Esses desastres não ocorrem por acaso, são o resultado da atitude irresponsável da espécie humana frente à Terra-mãe, que sempre lhe





forneceu todos os recursos para que pudesse viver condignamente. Ocorre que não há mais dúvida científica de que as mudanças climáticas, provocadas pelo homem e com todos os efeitos maléficos a elas associados, já vêm se fazendo sentir entre nós, levando a extremos, nunca antes alcançados, eventos tais como ondas de calor e de frio, chuvas torrenciais, secas prolongadas etc. E, como se isso não bastasse, a continuidade e a intensificação das ocupações irregulares em áreas de risco contribuem para que as tragédias humanas e ambientais atinjam graus cada vez mais elevados.

E exatamente para prevenir a ocorrência dessas tragédias e tentar lidar da melhor maneira possível com seus impactos foi construído o arcabouço legislativo referente à defesa civil em nosso país, baseado em três normas principais:

- a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que *“dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências”*;

- a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que *“institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências”*; e

- a Lei nº 12.893, de 2 de junho de 2014, que *“altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo*





Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, e as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 12.409, de 25 de maio de 2011, e revoga dispositivos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010”.

Esses diplomas legais preveem, no âmbito da PNPDEC, uma atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a redução de desastres e apoio às comunidades atingidas. Como integrantes do SINPDEC, cada ente federativo tem suas competências estabelecidas nas leis. Assim, cabe à União, entre outros, expedir normas para implementação e execução da PNPDEC, instituir cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos e transferir recursos financeiros aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.

A lista de atribuições dos Municípios também é extensa, cabendo a eles, entre outros, executar a PNPDEC em âmbito local, identificar e mapear as áreas de risco de desastres, promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas, vistoriar edificações e áreas de risco etc. Quando incluídos no cadastro nacional citado, os Municípios devem, entre outros, *“elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do (...) SINPDEC”* (Lei nº 12.340/2010, art. 3º-A, § 2º, II). É de registrar, contudo, que o § 6º do mesmo artigo estatui que *“o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será elaborado no prazo de 1 (um) ano, sendo submetido a avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação”*.

Ora, transcorridos mais de dez anos do advento da lei, ainda há municípios inscritos no cadastro que não elaboraram o Plano de Contingência, o qual, certamente, contribuiria para reduzir a ocorrência de tragédias ou, pelo menos, dos danos por elas provocados. Assim, o objetivo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Pedro Aihara - Patriota/MG

Apresentação: 27/03/2023 14:32:14.020 - MESA

PL n.1425/2023

deste projeto de lei é, justamente, enquadrar os Municípios recalcitrantes, mediante a vedação às transferências a eles dos recursos financeiros da União para a execução de ações de defesa civil, aplicando-se especificamente àqueles em que existam barragens classificadas como de médio e alto risco ou de médio e alto dano potencial associado ou ocupações em áreas de alto risco de desastres ambientais e que não disponham de Plano de Contingência, ou este esteja defasado.

Todavia, como a mesma Lei nº 12.340/2010, em seu art. 3º-A, § 3º, prevê que *“a União e os Estados, no âmbito de suas competências, apoiarão os Municípios na efetivação das medidas previstas no § 2º”*, que incluem a elaboração do próprio Plano de Contingência, estabelece-se uma exceção a essa vedação, nas hipóteses em que o Município demonstrar que solicitou esse apoio da União e dos Estados e não o obteve.

Desta forma, conclamo os nobres Parlamentares à discussão deste projeto lei, seu eventual aprimoramento e sua rápida aprovação, tendo em vista sua premência e importância.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado PEDRO AIHARA
PATRIOTA - MG

